ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE
SETOR DE CONTRATAÇÃO

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261026PE00032
LICITAÇÃO Nº. 00032/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS
CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR LOTE
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE
PRAÇA ANTENOR NAVARRO, 10 - CENTRO - MAMANGUAPE - PB.
CEP: 58280–000 - E-mail: licitacao@mamanguape.pb.gov.br - Tel.: (083) 3292–2246.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.898.124/0001–48, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 10:00 horas do dia 26 de Novembro de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00032/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por lote, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB.

Data de abertura da sessão pública: 26/11/2026. Horário: 10:00 - horário de Brasília.
Data para início da fase de lances: 26/11/2026. Horário: 10:10 - horário de Brasília
Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.0.DO OBJETO
1.1.Constitui objeto da presente licitação: Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB.
1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC e o órgão ou entidade participante.
1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.
1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.
1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote.
1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.
1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.
1.9. A presente licitação observará o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021. A participação no certame será aberta às empresas de todos os portes, preservando-se os benefícios legalmente aplicáveis, especialmente quanto à regularização fiscal e trabalhista e aos critérios de desempate favorecido. A não aplicação dos benefícios específicos previstos nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 observará as hipóteses legais de exceção e a respectiva fundamentação constante dos autos do processo administrativo.
1.10.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 14:00 horas.
2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:
2.2.1.No endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.
2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.
2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.
2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:
3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;
3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;
3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;
3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
3.1.5.ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;
3.1.6.ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:
3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:
3.2.1.1.www.mamanguape.pb.gov.br;
3.2.1.2.www.tce.pb.gov.br;
3.2.1.3.www.portaldecompraspublicas.com.br; e
3.2.1.4.www.gov.br/pncp.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 10 (dez) dias.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação: Recursos não Vinculados de Impostos:02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.0052.2002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito (15001000 Recurso Livres Ordinários) 02.020 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO – 04.122.0052.2003 Manutenção das Atividades da Sec. De Administração (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.021 PROCURADORIA GERAL – 04.122.0052.2093 Manutenção da Procuradoria Municipal (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.022 CONTADORIA GERAL – 04.122.0052.2094 Manutenção da Contadoria Geral (15001000 Recurso Livres Ordinários) –02.023 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – 04.122.0052.2095 Manutenção da Controladoria Geral do Município – 02.024 GUARDA CIVIL METROPOLITANA – 04.122.0052.2096 Manutenção da Controladoria Geral do Município (15001000 Recurso Livres Ordinários) 02.030 SEC. DE FINANÇAS – 04.123.0021.2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.040 SEC. DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DEFESA AGROPECUÁRIA – 20.605.0643.2014 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (15001000 Recurso Livres Ordinários) 20.608.0645.2016 Manut do Programa de Assist a Pequenos produtores e de Distribuição de Sementes (15001000 Rec. Livres Ord.) – 02.050 SEC. DO GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA – 04.122.0052.2017 Manutenção das atividades da Secretaria de Governo e Art Politica (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.060 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2021 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola (15510000 Transferências de Recursos FNDE referente ao PDDE) –12.361.0403.2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (15001001 Recursos não vinculados de impostos – MDE) – 12.361.0407.2023 Manutenção dos Serviços de transporte Escolar (15530000 Transferências de Recursos FNDE referente ao PNATE/15710000 Transferência do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação) – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Fundeb 30%. (15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transf. de Impostos 30%/15411030– Transferências do FUNDEB– Complementação da União– VAAF/15421030 Transferências do FUNDEB–Complementação da

União – VAAT–30%/15431030– Transferências do FUNDEB– Complementação da União– VAAR) – 12.361.0403.2025 MANUT SALÁRIO EDUCAÇÃO (15500000 Transferência Salário Educação) – 12.361.0403.2026 Manut Outras Transferências do FNDE (15690000 Manutenção Outras Transferências do FNDE) – 12.365.0401.2027 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil (15001001 Recursos não vinculados de Impostos – MDE/15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transf. de Impostos 30%/15421030 Transferências do FUNDEB– Complementação da União – VAAT–30%) 12.361.0403.2078 Manut das Ações de Fomento a escola em tempo integral (15690000 Outras Transf. de Recursos FNDE) – 10.361.0403.2085 Manut das Ações Custeadas com recursos do Royalties p/educação (15730000 Royalties e Participação Especial Petr. e Gás) 12.361.0052.2087 Manutenção do Programa Capacita Mamanguape–Educação (15001000 – Recursos Livres Ordinários/ 15001001– Recursos não vinculados de impostos – MDE) – 02.070 SECRETARIA DE INFRA–ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO 15.452.0323.2028 Manut. Das Ativ. Da Sec de Desenvolvimento Urbano (15001000 Recursos Livres Ordinário) – 25.751.0506.2029 Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.090 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –08.244.0125.2032 Manutenção das Ativ. do Conselho Tutelar (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0486.2033 Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.243.0486.2034 Manut Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.241.0486.2035 Manut do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0125.2056 Manut Programas de Assist Eventual a População de Baixa renda (15001000 Recursos Livres Ordinários/ 17010000 Outras Transferências de Convênios ou instrumentos Congêneres dos Estados) 08.244.0486.2079 Manut das Atividades do Fundo da Pessoa com Deficiência (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0486.2092 Manutenção do Programa Capacita Mamanguape (15001000 Recursos Livres (Ordinário) – 02.100 SEC DE TURISMO – 23.695.0052.2036 Manutenção das atividades da secretaria de turismo (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 23.695.0363.2037 Manutenção das Atividades Turísticas e de Promoção de Eventos (15001000 Recursos Livres Ordinários)– 02.110 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – 18.451.0504.2038 Manutenção dos Serv de Limpeza Publica (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 18.541.0059.2039 Manut. Das Atividades da Secretaria nas Ações e Defesa do Meio Ambiente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.120 SEC DE ESPORTE E LAZER – 27.812.0125.2040 Manut das ativ Sec de Esporte e lazer (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.130 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL – 16.182.0052.2041 Manut das atividades da Secretaria de Habitação e Defesa Civil (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.140 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 04.121.0051.2042 Manut das ativ da Secretaria de Planejamento (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.170 SECRETARIA DOS DIREITOS DA MULHER – 14.422.0125.2045 Manut das ativ da Sec dos Direitos da Mulher (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.180 SECRETARIA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – 14.422.0125.2046 Man Sec de Cidadania e Direitos Humanos (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.200 SECRETARIA DA JUVENTUDE – 04.128.0021.2047 Manut das atividades da secretaria da juventude (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.210 SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E DESENV ECONOMICO – 23.692.0052.2048 Manut da Sec de Ind Com Desenv. Econômico (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.220 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL– 08.244.0125.2049 Manut do Fundo Municipal de Assistência Social (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0125.2050 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade – MAC (16600000 Transf. de Recursos do FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados) – 08.244.0125.2051 Bloco de Gestão do SUAS (16600000 Transf. de Recursos do FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados)) – 08.244.0125.2052 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único (16600000 Transf. de Recursos FNAS) – 08.244.0125.2053 Bloco da Proteção Social Básica (16600000 Transf. de Recursos FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados) – 08.244.0125.2054 Fortalecimento do Controle Social no SUAS (16600000

Transferências de Recursos do FNAS) – 08.243.0125.2055 Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz (16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 08.244.0125.2088 Procadsuas (16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 02.230 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS – 18.544.0059.2057 Manutenção das atividades da Secretaria de Recursos Hídricos (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.240 SECRETARIA DE CULTURA – 13.392.0417.2058 Manutenção das Atividades Culturais do Município (15001000 Recursos Livres Ordinários) 02.250 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – 18.541.0059.2083 Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 3390.30.99 MATERIAL DE CONSUMO – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2060 Manutenção do Programa de Atenção Primária a Saúde – APS – 000487 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 000495 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2064 Teto Municipal Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – 000514 3390.30 99 Material de Consumo – 000515 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2065 SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – 00523 3390.30 99 Material de Consumo – 000524 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2066 CEO – Centro Espec Odontológico – 000532 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2067 Teto Munic Rede Saúde Mental –RSME – 000538 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2072 Manut das Ativ do Teto Munic da Rede Psicossocial – CAPS AD – 000561 3390.30 99 Material de Consumo – 10 122 0428 2074 Manut das Atividades do Conselho Municipal de Saúde – 000566 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2081 Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar – SAD – 000581 3390.30 99 Material de Consumo. – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2060 Manutenção do Programa de Atenção Primária a Saúde – APS – 000487 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 000495 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2064 Teto Municipal Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – 000514 3390.30 99 Material de Consumo – 000515 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2065 SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – 00523 3390.30 99 Material de Consumo – 000524 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2066 CEO – Centro Espec Odontológico – 000532 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2067 Teto Munic Rede Saúde Mental –RSME – 000538 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2072 Manut das Ativ do Teto Munic da Rede Psicossocial – CAPS AD – 000561 3390.30 99 Material de Consumo – 10 122 0428 2074 Manut das Atividades do Conselho Municipal de Saúde – 000566 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2081 Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar – SAD – 000581 3390.30 99 Material de Consumo.

5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar–se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e
6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.
6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas: Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Portanto, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.
6.7.É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:
6.7.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;
6.7.2.Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:
6.7.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;
6.7.3.Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
6.7.4.Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
6.7.5.O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;
6.7.6.A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e
6.7.7.A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.
6.8.Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que:
6.8.1.Atuem em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
6.8.2.Apresentem os documentos de habilitação exigidos neste instrumento; e
6.8.3.Atendam ao disposto no Art. 16, da Lei 14.133/21.

6.9.CONDIÇÃO ESPECÍFICA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante, obrigatoriamente, integrará a documentação para fins de habilitação:
6.9.1.Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao

objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.
6.9.1.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

7.0.DO CREDENCIAMENTO
7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.
7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.
7.3.O licitante responsabiliza–se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê–los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:
8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal.
8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.
8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.
8.2.5.Que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 16, da Lei 14.133/21; nesse caso apenas para o licitante organizado em cooperativa.
8.3.O licitante enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3°, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. Nos lotes desta licitação, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, observadas as disposições legais aplicáveis.
8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.
8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.
8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:
9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.
9.5.A indicação de "própria" em campo especifico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contração, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.
9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:
10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:
10.5.1. Os lances serão ofertados pelo valor unitário de cada item que compõe o respectivo lote, conforme a sistemática disponibilizada na plataforma eletrônica, sendo o julgamento realizado pelo menor preço total do lote, obtido mediante o somatório dos valores totais dos itens que o integram, observados os respectivos quantitativos e os critérios de aceitabilidade dos preços unitários estabelecidos neste Edital.
10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:
10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).
10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:
10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
10.20.Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:
10.27.1.Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
10.27.2.Empresas brasileiras;
10.27.3.Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
10.27.4.Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
10.28.Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
10.29.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
10.29.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
10.29.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
10.29.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
10.29.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
10.29.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
10.30.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
10.31.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital.
11.2.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.
11.3.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

11.4.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:
11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
11.4.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
11.5.Será desclassificada a proposta vencedora que:
11.5.1.Contiver vícios insanáveis;
11.5.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
11.5.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
11.5.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
11.5.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
11.6.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
11.6.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
11.6.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
11.6.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
11.6.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
11.6.3.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.
11.7.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.
11.8.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.
11.9.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contração, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO
12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.
12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.**PESSOA JURÍDICA:**
12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.
12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta–se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
12.3.4.Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar–se–ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora–Geral da Fazenda Nacional.
12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.
12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.
12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.
12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.
12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.
12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.
12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:
12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;
12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;
12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;
12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e
12.3.13.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.**Documentação específica - pessoa jurídica:**
12.4.1.Comprovação de qualificação técnico-operacional - item 6.9.1.

12.5.**Documentação de licitantes reunidos em consórcio:**
12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Pregoeiro, correspondendo a:
12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;
12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:
12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.**Documentação complementar de licitantes organizados em cooperativa:**
12.6.1.A sociedade cooperativa, organizada nos termos das disposições deste Edital, deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos neste instrumento e, ainda, a seguinte documentação complementar:
12.6.1.1.Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
12.6.1.2.Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o objeto desta licitação, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no Art. 4º, inciso XI; Art. 21, inciso I; e Art. 42, §§ 2º ao 6º, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
12.6.1.3.Última auditoria contábil–financeira, conforme dispõe o Art. 112, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
12.6.1.4.Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto da contratação;
12.6.1.5.Comprovação de integração das respectivas quotas–partes por parte dos cooperados que executarão o objeto da contratação;
12.6.1.6.Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
12.6.1.7.Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
12.6.1.8.Três registros de presença dos cooperados que executarão o objeto da contratação em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
12.6.1.9.Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto desta licitação;

12.6.1.10.Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
12.6.1.11.Declaração de cumprimento dos requisitos estabelecidos no Art. 16, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.7.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:
12.7.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
12.7.2.De oficio, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.
12.8.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:
12.8.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
12.9.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
12.10.Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação exigida neste certame, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
12.10.1.A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
12.10.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
12.10.3.Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; e
12.10.4.Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
12.11.Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
12.12.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:
12.12.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.
12.13.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:
12.13.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;
12.13.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
12.13.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação

desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;
12.13.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;
12.13.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;
12.13.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
12.14.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
12.15.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:
12.15.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
12.16.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:
12.16.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
12.16.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;
12.16.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.
12.17.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
12.18.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:
13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:
13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;
13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.
13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:
13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;
13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;
13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor;
13.3.4.O deságio eventualmente obtido no valor do lote será repassado integralmente e de forma linear a todos os seus itens, sendo que, se após esse rateio restar valor unitário, para qualquer item do lote, superior ao estimado pelo ORC, será atribuído ao respectivo item o valor estimado, procedendo-se novo rateio para que seja preservado o deságio obtido no lote.
13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.
13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:
13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.
14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:
14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.
14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO
15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO
16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:
16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;
16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:
16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;
16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.
16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.
16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
17.1.Formalização e Cadastro de Reserva:
17.1.1.Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:
17.1.1.1.Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
17.1.1.2.Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
17.1.2.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:
17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.
17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:
17.1.4.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
17.1.4.2.Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2.Assinatura:
17.2.1.Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.
17.2.2.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:
17.2.2.1.A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
17.2.2.2.A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
17.2.3.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento,

devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.
17.2.4.O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
17.2.5.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
17.2.6.Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3.Vigência:
17.3.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso:
17.3.1.1.Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
17.3.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.4.Vedação a acréscimos de quantitativos:
17.4.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5.Controle e gerenciamento:
17.5.1.O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:
17.5.1.1.Os quantitativos e os saldos; e
17.5.1.2.As solicitações de adesão.

17.6.Alteração ou atualização dos preços registrados:
17.6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:
17.6.1.1.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
17.6.1.2.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou
17.6.1.3.Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7.Negociação de preços registrados:
17.7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:
17.7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2.Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;
17.7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;
17.7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.
17.7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:
17.7.2.1.Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
17.7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;
17.7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;
17.7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
17.7.2.5.O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

18.0.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO
18.1.Cancelamento do registro do fornecedor:
18.1.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:
18.1.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
18.1.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
18.1.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou
18.1.1.4.Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
18.1.2.O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
18.1.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2.Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
18.2.1.1.Por razão de interesse público;
18.2.1.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
18.2.1.3.Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO
19.1.Formalização:
19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.
19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
19.1.3.A contratação posterior de item específico constante do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o ORC, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º, do Art. 23, da Lei 14.133/21.

19.2.Alteração do contrato:
19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3.Vigência do contrato:
19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA
20.1.Competências:
20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:
20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e
20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE
21.1.Competências:
21.1.1.O órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:
21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e
21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1.Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
22.1.2.Pelo seguinte órgão ou entidade participante do presente certame:
22.1.2.1.Fundo Municipal de Saúde de Mamanguape - CNPJ nº 08.674.396/0001-64.
22.1.3.Por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à Ata de Registro de Preços, mediante a anuência do órgão gerenciador.
22.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

23.0.DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE
23.1.Regra geral:
23.1.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
23.1.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
23.1.1.2.Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/21; e
23.1.1.3.Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
23.1.2.A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
23.1.3.Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
23.1.4.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
23.1.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.
23.1.6.A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:
23.1.6.1.Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou
23.1.6.2.Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.
23.1.7.É vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

23.2.Limites para as adesões:
23.2.1.Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata este instrumento:
23.2.1.1.As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes; e

23.2.1.2.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

24.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

24.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/10/2026.

24.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.

24.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

24.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

24.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

25.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

25.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

26.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

26.1.Obrigações do Contratante:

26.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

26.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

26.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

26.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

26.2.Obrigações do Contratado:

26.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
26.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;
26.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
26.2.4.Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
26.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;
26.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
26.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

27.0.DO PAGAMENTO
27.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: O pagamento será efetuado de forma parcelada, de acordo com os quantitativos efetivamente fornecidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.
27.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
27.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.
27.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

28.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
28.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da

contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
28.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

29.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
29.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
29.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
29.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
29.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

30.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
30.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
30.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
30.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
30.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
30.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
30.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
30.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir–se–á o dia do início e incluir–se–á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.
30.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
30.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

30.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Praça Antenor Navarro, 10 – Centro – Mamanguape – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 14:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
30.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Mamanguape, Estado da Paraíba.

Mamanguape - PB, 12 de Novembro de 2026.

_____

ROBSON DA SILVA BEZERRA
Diretor do Departamento de Licitações

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.
2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

1 - ESCRITA, MARCAÇÃO E CORREÇÃO					
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
1	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL METAL E PLÁSTICO, TIPO ESCOLAR, TAMANHO MÉDIO, QUANTIDADE FUROS 1, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM DEPÓSITO, LÂMINA AÇO INOXIDÁVEL	UND	900	1,43	1.287,00
2	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: PARA LÁPIS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: CAPA PLÁSTICA PROTETORA.	UND	800	1,42	1.136,00
3	BORRACHA ESCOLAR BRANCA, MACIA Nº 40, ESPECIAL P/ APAGAR ESCRITA A LAPIS SEM BORRAR OU MANCHAR O PAPEL, CAIXA C/ 40 UND	CAIXA	620	16,33	10.124,60
4	BORRACHA PONTEIRA C/100 UND BRANCA	CAIXA	620	12,69	7.867,80
5	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL 0.7, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM APROXIMADAMENTE 15CM, TAMPA CÔNICA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO. EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	650	31,04	20.176,00
6	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA 0.7, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM APROXIMADAMENTE 15CM, TAMPA CÔNICA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE	CAIXA	440	31,99	14.075,60

	01 ANO. EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES				
7	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA 0.7, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM APROXIMADAMENTE 15CM, TAMPA CÔNICA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO. EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES	CAIXA	380	31,41	11.935,80
8	CANETA MARCA TEXTO – COR VERDE – COM 12 UNIDADES. ESPECIFICAÇÃO: COM PONTA CHANFRADA EM POLIETILENO E FILTRO EM POLIÉSTER, COM TINTA SUPERFLUORESCENTE E COR VIVA PARA SUBLINHAR E DESTACAR, ESPESSURA DO TRAÇO 1MM PARA SUBLINHAR E 4 MM PARA DESTACAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR, VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES	CAIXA	800	9,10	7.280,00
9	CANETA MARCA TEXTO COR AZUL: PONTA CHANFRADA PARA TRAÇO FINO E GROSSO RESINA TERMOPLASTICA, PONTA DE FELTRO E TINTA CX COM 12 UNIDADE	CAIXA	750	9,02	6.765,00
10	CANETA MARCA TEXTO COR ROSA: PONTA CHANFRADA PARA TRAÇO FINO E GROSSO RESINA TERMOPLASTICA, PONTA DE FELTRO E TINTA CX COM 12 UNIDADES	CAIXA	750	10,38	7.785,00
11	CANETA MARCA TEXTO; MATERIAL: CORPO EM PLÁSTICO; MODELO: MARCA TEXTO; TINTA: FLUORESCENTE; COR DA TINTA: AMARELO; TINTA: ATÓXICA À BASE DE ÁGUA; A COMPOSIÇÃO COM TINTA ATÓXICA DEVERÁ ESTAR ESCRITA NA EMBALAGEM. MEDIDA: MÍNIMO DE 15 CM DE COMPRIMENTO;CARACTERÍSTICAS: PONTA CHANFRADA, LARGURA MÍNIMA DO TRAÇO DE 4MM, CARGA NÃO RECARREGÁVEL; PRAZO DE VALIDADE: 24 MESES A PARTIR	CAIXA	750	9,60	7.200,00
12	LÁPIS GRAFITE Nº2 C/144UND – LÁPIS PRETO MATERIAL CORPO: MADEIRA , DUREZA CARGA: HB , FORMATO CORPO: CILÍNDRICO , MATERIAL CARGA: GRAFITE Nº 2	CAIXA	700	30,34	21.238,00
13	LAPISEIRA 0.7 ESPECIFICAÇÃO: LAPISEIRA 0.7 COM CORPO EM PLÁSTICO RÍGIDO E BORRACHA	UND	550	2,80	1.540,00
14	MARCADOR DE PÁGINA ADESIVO COM FLAGS MATERIAL PLÁSTICO. TIPO BANDERITAS REPOSICIONÁVEIS CORES NEON SORTIDAS, FORMATO (11MMX43MM) COM 5 DIVISÃO/SUPORTE DE 20 FOLHAS CADA, NO TOTAL DE 100	PACOTE	2180	3,46	7.542,80
15	PINCEL ATÔMICO GROSSO CORES VARIADAS, MARCADOR PERMANENTE, PONTA CHANFRADA AZUL.	UND	850	2,08	1.768,00

16	PINCEL ATÔMICO GROSSO CORES VARIADAS, MARCADOR PERMANENTE, PONTA CHANFRADA PRETO	UND	850	2,46	2.091,00
17	RÉGUA 30CM MATERIAL: ACRÍLICO, COMPRIMENTO: 30 CM, GRADUAÇÃO: CENTÍMETRO/MILÍMETRO, TIPO MATERIAL: RÍGIDO, COR: CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE/LARGURA DE 3,5 CM	UND	1300	1,51	1.963,00
				Total do Lote	131.775,60

2 - PAPÉIS, BLOCOS, CADERNOS E ENVELOPES

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
18	AGENDA PERMANENTE FORMATO 13,5CMX19, 2C CAPA COURVIN, FOLHAS INTERNAS, PAPEL OFFSET 63G/M2 COM 352 PAGINAS	UND	580	21,34	12.377,20
19	BLOCO RECADO: MATERIAL: PAPEL, COR: AMARELO CANÁRIO, LARGURA: 76 MM, COMPRIMENTO: 102 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOADESIVO, REPOSICIONÁVEL, QUANTIDADE FOLHAS: 100 UND.	UNIDADE	3500	3,49	12.215,00
20	BOBINA DE PAPEL SULFITE 90GR – TAMANHO 610MM X 50M PARA IMPRESSORA PLOTTER	UND	180	80,17	14.430,60
21	CADERNO BROCHURA FORMATO 140X202MM COM 96 FOLHAS	UND	2600	4,81	12.506,00
22	CADERNO ESPIRAL COLEGIAL, CAPA DURA, COM 10 MATÉRIAS, COM NO MÍNIMO 200 FOLHAS	UND	280	16,53	4.628,40
23	CADERNO ESPIRAL, CAPA: DURA, ESPIRAL, FOLHAS: PAUTADAS, 200 PAGINAS, TIPO A5, ANOTAÇÕES	UND	240	15,53	3.727,20
24	CADERNO PARA PROTOCOLO CAPA DURA 48 FOLHAS. ESPECIFICAÇÃO: FORMATO DE NO MÍNIMO 200MM X 275MM, NO MÍNIMO 48 FOLHAS	UND	400	7,73	3.092,00
25	CARTOLINA COMUM, TAMANHO 50X66CM, CORES VARIADAS	UND	2800	1,08	3.024,00
26	CARTOLINA DUPLA FACE, GRAMATURA 180 G, TAMANHO 50 X 66 CM, CORES DIVERSAS.	UND	1700	1,22	2.074,00
27	CARTOLINA GUACHE, TAMANHO 48X66CM, CORES VARIADAS	UND	2200	1,40	3.080,00
28	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA ATOXICO, LAVAVEL DE SECAGEM RAPIDA P/ APLICAÇÃO EM PAPEL E SIMILARES FRESCO DE 18ML C/12 UND	CAIXA	620	31,16	19.319,20
29	ENVELOPE AMARELO PARA FOLHA A4 ENVELOPE AMARELO PARA FOLHA A4. CAIXA C/100 UNID.	CAIXA	1750	53,48	93.590,00
30	ENVELOPE PARA CONVITE. 114 X 162MM, 80G, EM CORES VARIADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	420	41,67	17.501,40
31	ENVELOPE PARDO OURO MÉDIO – TAMANHO 24X34CM. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	1050	37,71	39.595,50

32	ETIQUETA ADESIVA FORMATO CARTA, MEDINDO 50,8MM X 101,6MM (10 ETIQUETAS POR FOLHA). EMBALAGEM COM 100 FOLHAS.	CAIXA	350	46,54	16.289,00
33	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL SULFITE PAUTADO, QUANTIDADE DE FOLHAS 100 FLS, GRAMATURA 75GR/M2, MEDINDO 297MM X 210 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA DURA DE PAPELÃO FOLHAS NUMERADAS	UND	2200	10,18	22.396,00
34	LIVRO DE PONTO COM 100 FOLHAS, MATERIAL PAPEL SULFITE, MEDINDO 218MM X 319MM, CAPA DURA E FOLHAS NUMERADAS	UND	80	20,78	1.662,40
35	PAPEL – GLOSSY ADESIVO, FORMATO A4,130G/M2, NA COR BRANCA. PACOTE COM 50 FOLHAS	PACOTE	320	36,01	11.523,20
36	PAPEL A4 210MMX297MM, CONTÉM 50 FOLHAS, BRANCO, 120G/M² (40KG)	PACOTE	320	13,72	4.390,40
37	PAPEL CREPOM, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 18 G/M2, COMPRIMENTO 2 M, LARGURA 48 CM, EM CORES DIVERSAS	UND	3500	1,34	4.690,00
38	PAPEL LAMINADO, CORES VARIADAS, TIPO CORES METALIZADAS, MEDINDO 48CM X 60CM.	UND	3500	1,34	4.690,00
39	PAPEL MADEIRA 66X96 – PAPEL MADEIRA NA CORKRAFT OURO DIMENSÕES 66MM X 96 CM GRAMATURA 120G	FOLHA	3500	1,38	4.830,00
40	PAPEL MADEIRA, TAMANHO 660,00 X 960,00 MM, GRAMATURA 120G/M2 NA COR KRAFT NATURAL	FOLHA	3500	1,51	5.285,00
41	PAPEL OFÍCIO A4 210 MM X 297 MM PAPEL OFÍCIO A4, FORMATO 210MM LARGURA X 297MM COMPRIMENTO, ESPESSURA UNIFORME, SUPER BRANCO, GRAMATURA 75G/M2, ACONDICIONADO EM RESMAS COM 500 FOLHAS E REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM ATÉ DEZ RESMAS, DEVENDO AINDA CONSTAR A QUANTIDADE OU PESO LÍQUIDO, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	RESMA	37500	26,64	999.000,00
42	PAPEL OFÍCIO A4 COLORIDO COM 100 FOLHAS, MATERIAL PAPEL SULFITE, GRAMATURA 75 G/M², UTILIZAÇÃO VÁRIAS, ACOMODADO EM PACOTES, TAMANHO 210MM X 297MM, CORES DIVERSAS.	PACOTE	400	6,59	2.636,00
43	PAPEL PARA FOTO A4 COM 20FLS – PAPEL FOTOGRÁFICO – GRAMATURA: 180 G/M2, COMPRIMENTO: 297 MM, TIPO: GLOSSY BRILHANTE, LARGURA: 210 MM, COMPATIBILIDADE: IMPRESSORA JATO DE TINTA /LASER.	CAIXA	800	8,38	6.704,00
44	PAPEL SEDA 48X60 – PAPEL SEDA MATERIAL: CELULOSE VEGETAL , COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 48 CM, COR: VARIADA , GRAMATURA: 18 G/M.	UND	750	0,32	240,00

45	PAPEL TIPO CARTÃO COMPOSIÇÃO PAPEL ALCALINO CORES VARIADAS, GRAMATURA 180G/M2, TAMANHO 210X297MM.	PACOTE	1300	11,92	15.496,00
				Total do Lote	1.340.992,50
3 - ARQUIVAMENTO E ORGANIZAÇÃO					
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
46	ARQUIVO MORTO PLÁSTICO, CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO CORRUGADO TIPO POLI ONDA FLEXÍVEL, COM DIMENSÕES 250X130X350MM, COM IMPRESSÃO NAS LATERAIS, APLICAÇÃO ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS, TIPO DOBRÁVEL E MONTÁVEL, CORES VARIADAS, COM ABAS LATERAIS AFIXADAS NA PARTE INTERNA	UND	10000	5,23	52.300,00
47	PASTA ARQUIVO MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ABA E ELÁSTICO, TAMANHO: OFÍCIO, APLICAÇÃO: ARMAZENAR DOCUMENTOS E IMPRESSOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3: MODELO "L" /	UND	700	0,91	637,00
48	PASTA AZ, MATERIAL PAPELÃO PRENSADO, MEDINDO 285MMX345MMX80MM, COM PRENDEDOR INTERNO, APLICAÇÃO ARQUIVO DE DOCUMENTOS.	UND	1200	14,28	17.136,00
49	PASTA CANALETA MATERIAL PLÁSTICO, MEDINDO 235MMX330MM, COM CANALETA REMOVÍVEL.	UND	700	2,90	2.030,00
50	PASTA CATÁLOGO, CAPA DE PAPELÃO REVESTIDO DE MATERIAL PVC NA COR PRETA, TAMANHO OFICIO, COM 100 ENVELOPES PLÁSTICOS.	UND	680	17,41	11.838,80
51	PASTA COM ELÁSTICO PARA DOCUMENTO TIPO ESCARCELA EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE COM ABA, MEDINDO 34 X 25 X 05CM, DE BOA QUALIDADE.	UND	7000	2,92	20.440,00
52	PASTA ESCOLAR 40MM TIPO SOFT, COM ABA E ELÁSTICO, MEDINDO 245X335X40MM, SEM PRENDEDOR INTERNO	UND	1300	3,66	4.758,00
53	PASTA PLÁSTICA CLASSIFICADORA A4, COM GRAMPO TRILHO – MEDIDAS APROXIMADAS: 340 X 245 MM	UND	1180	3,77	4.448,60
54	PASTA SANFONADA EM POLIPROPILENO TRANSLUCIDO, 260 X 390 X 27MM, C/ 12 DIVISÓRIAS INTERNAS, VISORES COLORIDOS, FECHAMENTO COM ALÇA ELÁSTICA, COR CRISTAL, AZUL, VERDE, RS, LIL OU FUME.	UND	680	14,86	10.104,80
55	PASTA SUSPENSA MATERIAL CARTÃO KRAFT, MEDINDO 235MMX360MM, COM ETIQUETA BRANCA NÃO ADESIVA, COM GRAMPO TRILHO PLÁSTICO, APLICAÇÃO ARQUIVO DE DOCUMENTOS	UND	6000	3,21	19.260,00

56	PASTAS DE ABA ELÁSTICA PLÁSTICA OFICIO 30MM TRANSPARENTE OFFICE	UND	1300	3,73	4.849,00
57	PORTA CANETA LÁPIS ORGANIZADOR PRETO MESA ESCRITÓRIO, ESPECIFICAÇÕES: ORGANIZADOR DE MESA ARAMADO PRETO, DIMENSÕES: 15,4 X 9,8 X 10 CM	UND	650	13,98	9.087,00
58	PORTA OBJETOS / CANETA, LÁPIS, CLIPS ORGANIZADOR DE MESA ARAMADO PRETO	UND	550	15,33	8.431,50
59	PRANCHETA COMUM DE MDF A4 – MATERIAL: MADEIRA, COMPRIMENTO: 350 MM, LARGURA: 250 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PEGADOR METÁLICO	UND	100	9,34	934,00
60	PRANCHETA PORTÁTIL – MATERIAL: ACRÍLICO, COMPRIMENTO: 340 MM, LARGURA: 235 MM, ESPESSURA: 2 MM, COR: FUMÊ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PREDENDOR DE METAL E CANTOS ARRENDONDADOS	UND	1200	11,70	14.040,00
61	SUPORTE ORGANIZADOR DE DOCUMENTOS ACRILICO PAPEL FOLHAS A4 3 BANDEJAS	UND	700	65,80	46.060,00
62	DISPLAY ACRÍLICO A4 TRIPLO PORTA DOCUMENTO VERTICAL / HORIZONTAL COM FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE	UND	500	72,70	36.350,00
63	DISPLAY ACRÍLICO A4 DE PAREDE PORTA DOCUMENTO VERTICAL / HORIZONTAL COM FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE	UND	500	32,87	16.435,00
				Total do Lote	279.139,70

4 - ACESSÓRIOS DE ESCRITÓRIO E GRAMPEAMENTO					
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
64	CALCULADORA MESA, TIPO ELETRÔNICA, NÚMERO DE DIGITOS 12, FONTE DE ALIMENTAÇÃO BATERIA	UND	100	20,55	2.055,00
65	CLIPES, EM AÇO NIQUELADO, Nº 2/0, COM 100 UNIDADES, FABRICADO COM ARAME DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTI–FERRUGEM.	CAIXA	3000	2,96	8.880,00
66	CLIPS EM AÇO NIQUELADO, TAMANHO DO CLIPS: Nº 4/0 CAIXA COM 100 UNIDADES CADA	CAIXA	6000	5,34	32.040,00
67	CLIPS EM AÇO NIQUELADO, TAMANHO Nº 8/0, ACONDICIONADO EM CAIXA C/25 UNIDADES	CAIXA	2500	3,78	9.450,00
68	CLIPS EM METAL CROMADO, TAMANHO Nº 3/0, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	5000	3,28	16.400,00
69	CLIPS, MATERIAL: METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, TAMANHO: Nº 10/0, UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 25 UNIDADES	CAIXA	1500	3,96	5.940,00
70	ELÁSTICO EM LÁTEX AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 500G. ESPECIFICAÇÃO: ELÁSTICO EM LÁTEX AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 500G.	PACOTE	450	19,98	8.991,00

71	EXTRATOR DE GRAMPOS – EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR CENTRAL – CAIXA COM 12 UNID	CAIXA	600	20,18	12.108,00
72	GRAMPEADOR GRANDE – MATERIAL: FERRO, APLICAÇÃO: FOLHAS, CAPACIDADE: MÍNIMA DE 50 FL, TAMANHO GRAMPO: 26/6, TIPO: MESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, TAMANHO GRANDE	UND	300	23,36	7.008,00
73	GRAMPEADOR PEQUENO, DE MESA, DE METAL PARA USO DE GRAMPO 26/6, COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 10 FOLHAS DE PAPEL DE 75G/M², DE UMA SÓ VEZ, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	UND	620	13,82	8.568,40
74	GRAMPEADOR TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, MATERIAL METAL PINTADO, TIPO MESA, CAPACIDADE DE APLICAÇÃO 240FLS, UTILIZAÇÃO MANUAL, TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, APLICAÇÃO EM PAPEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UTILIZAÇÃO DE GRANDE PORTE PERFURANDO ATÉ 240FLS DE UMA SÓ VEZ.	UND	180	112,64	20.275,20
75	GRAMPO 23/24 P/ GRAMPEADOR METALICO CAP 240 FOLHAS	CAIXA	550	16,32	8.976,00
76	GRAMPO GALVANIZADO, PARA GRAMPEADOR 23/10, CAIXA COM 5000 UNIDADES.	CAIXA	1300	20,67	26.871,00
77	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, MATERIAL METAL GALVANIZADO, TAMANHO 26/6, ACOMODADO EM CAIXAS DE PAPEL COM 5000 GRAMPOS	CAIXA	1700	6,40	10.880,00
78	GRAMPO TRILHO ESTENDIDO C/50 JOGOS (PLÁSTICO)	PACOTE	320	18,79	6.012,80
79	PERCEVEJOS, TIPO TACHINHAS, TAMANHO: 8 A 10MM, EM METAL GALVANIZADO OU LANTONADOS, C/ CABEÇA, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	550	6,90	3.795,00
80	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ESTRUTURA METALICA, CAPACIDADE DE 70 FOLHAS COM 75G/M2, COM 2 VAZADORES, NA COR PRETA	UND	580	77,26	44.810,80
81	UMEDECEDOR DE DEDOS - SUPORTE DE PLASTICO, TIPO CREME, A BASE DE GEL, CONTENDO 12G	UND	620	2,50	1.550,00
				Total do Lote	234.611,20

5 - COLAGEM, CORTE E FIXAÇÃO					
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
82	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO PCT C/1KG	PACOTE	500	33,72	16.860,00
83	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSO PCT C/1KG	PACOTE	500	52,03	26.015,00

84	COLA BRANCA – 1 LITRO (PVA EXTRA) BOA QUALIDADE, NÃO TÓXICA. APLICAÇÃO PARA PAPEL OU MADEIRA.	UND	260	15,28	3.972,80
85	COLA BRANCA 90G PARA USO ESCOLAR OU ARTESANAL, COMPOSIÇÃO: DISPERSÃO AQUOSA A BASE DE ACETADO DE POLIVINILA, PRODUTO ATÓXICO.	UND	3800	1,80	6.840,00
86	COLA BRANCA, EM BASTÃO 21G, APLICAÇÃO PAPEL, LAVÁVEL, NÃO TÓXICO, COMPOSIÇÃO PVA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES.	UND	2200	1,33	2.926,00
87	COLA ISOPOR 90G, COMPOSICAO ACETATO DE POLIVINILA EM ÁLCOOL ETÍLICO, PRODUTO INFLAMAVEL, UTILIZACAO EM ISOPOR E EVA.	UND	1700	3,60	6.120,00
88	CORRETIVO EM FITA 4,2MM X 10M, CORREÇÃO INSTANTÂNEA E SECA, COR BRANCA, COM TAMPA PROTETORA. CX COM 12 UNID.	UND	13440	6,81	91.526,40
89	ESTILETE LARGO PLÁSTICO 18MM, LÂMINA EM AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E TRAVA DE SEGURANÇA	UND	500	2,00	1.000,00
90	FITA ADESIVA 45X50 CRISTAL: POLIURETANO, LARGA, TRANSPARENTE, PARA EMPACOTAMENTO, ALTA ADERÊNCIA	UND	2000	7,56	15.120,00
91	FITA ADESIVA CREPE 19MM X 50M. MATERIAL DO DORSO: PAPEL CREPADO TRATADO. ADESIVO: RESINA E BORRACHA SINTÉTICA. ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 130 M (MICRÔMETROS). DURABILIDADE: RESISTENTE À UMIDADE E SOLVENTES LEVES. REMOÇÃO: FÁCIL REMOÇÃO SEM DEIXAR RESÍDUOS EM ATÉ 24 HORAS APÓS A APLICAÇÃO. TEMPERATURA DE TRABALHO: – 10°C A 75°C. APLICAÇÃO: IDEAL PARA MASCARAMENTO EM PINTURAS, FIXAÇÃO DE PAPÉIS, TRABALHOS ESCOLARES, ARTESANATO E USO GERAL EM ESCRITÓRIOS E RESIDÊNCIAS.	UND	1150	5,69	6.543,50
92	FITA CREPE 24MMX50M	UND	1100	7,64	8.404,00
93	FITA DUPLA FACE 24X30	UND	900	10,37	9.333,00
94	FITA DUREX – FABRICADO EM POLIPROPILENO, ALTA PODER DE ADESÃO, 12X40	UND	1600	1,58	2.528,00
95	FITA GOMADA, EM PAPEL KRAFT PARDO COM GRAMATURA DE 80 G/M² ADESIVO	UND	500	15,51	7.755,00
96	PISTOLA DE COLA QUENTE (GRANDE), ELÉTRICO, BIVOLT – 110 V / 220 V, POTÊNCIA 40 WATTS, SECAGEM DA COLA 1 MINUTO, COLA PAPEL, PLÁSTICO, MADEIRA, CERÂMICA, FLORES ARTIFICIAIS, MINIATURAS E ALGUNS METAIS. ACEITA BASTÃO DE SILICONE DE 11MM. UTILIZAÇÃO EM ARTIGOS DE ARTESANATO MEDIDAS: LARGURA 16CM –	UND	280	30,55	8.554,00

	COMPRIMENTO 15CM – PROFUNDIDADE 3,5CM. COM TEMPO				
97	PISTOLA DE COLA QUENTE (PEQUENA), ELÉTRICO, BIVOLT – 110 V / 220 V, POTÊNCIA 20 WATTS, SECAGEM DA COLA 1 MINUTO, COLA PAPEL, PLÁSTICO, MADEIRA, CERÂMICA, FLORES ARTIFICIAIS, MINIATURAS E ALGUNS METAIS. ACEITA BASTÃO DE SILICONE DE 7MM. UTILIZAÇÃO EM ARTIGOS DE ARTESANATO. APROXIMADAMENTE 400GR. COM TEMPO INDETERMINADO	UND	280	17,37	4.863,60
98	BLOCO DE RECADOS AUTOADESIVOS REPOSICIONÁVEL MEDINDO 38X50MM, CORES DIVERSAS. BLOCO C/ 100 FLS. MATERIAL: PAPEL ADESIVO DE ALTA QUALIDADE. ADESIVO: REPOSICIONÁVEL, COLA E DESCOLA SEM DANIFICAR SUPERFÍCIES. CORES: DIVERSASCORES VIBRANTES, COMO AMARELO, ROSA, VERDE E AZUL. TAMANHO: 38 MM X 50 MM. QUANTIDADE: 100 FOLHAS POR BLOCO (4 BLOCOS). ESPESSURA DO PAPEL: CERCA DE 80 G/M². DURABILIDADE: RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. USO:IDEAL PARA SUPERFÍCIES LISAS, COMO PAPEL, MADEIRA, VIDRO E PLÁSTICO. EXTRAS: NÃO DEIXA RESÍDUOS DE COLA AO SER REMOVIDO	PACOTE	9000	6,84	61.560,00
99	TESOURA 21CM COM CABO PLÁSTICO ESPECIFICAÇÕES: TESOURA PROFISSIONAL - 8 POLEGADAS / 21 CM. MULTIUSO COM LÂMINAS EM AÇO INOX E CABO EM POLIPROPILENO E/OU EMBORRACHADO, ANATÔMICO COM ENCAIXE	UND	280	9,82	2.749,60
100	TESOURA ESCOLAR CAIXA COM 12 UNDS. ESPECIFICAÇÃO: COM LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL, MEDINDO NO MÍNIMO 11 CENTÍMETROS E CABO EM POLIPROPILENO, NÃO TÓXICO, 2 DEDOS, COM REBITE, PONTA ARREDONDADA, CAIXA COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.	CAIXA	600	39,69	23.814,00
				Total do Lote	306.484,90

6 - ARTES E ATIVIDADES ESCOLAR

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
101	BORRACHA EVA C/GLITTER 40X60 CORES VARIADOS, PCT COM 10 UNIDADES	PACOTE	120	33,93	4.071,60
102	EMBORRACHADO EM EVA TAMANHO 40X60CM DIVERSAS CORES.	UND	1200	2,47	2.964,00
103	GIZ DE CERA COM 12 CORES, NÃO TÓXICO, FORMATO ANATÔMICO, COMPOSIÇÃO CERAS E PIGMENTOS, APLICAÇÃO PARA DESENHAR E PINTAR SOBRE PAPEL	CAIXA	1050	7,80	8.190,00

104	LAPIS DE COR LONGO – EM MADEIRA, CAIXA COM 12 CORES	CAIXA	1300	7,08	9.204,00
105	LAPIS HIDROCOR COM 12 CORES COMPOSICAO RESINA TERMOPLASTICA, CARGA A BASE DE ÁGUA, CORANTES, PONTA DE FIBRA DE POLIESTER, NÃO TÓXICO, LAVÁVEL, ACOMODADOS EM EMBALAGEM PLASTICA.	CAIXA	650	10,31	6.701,50
106	MASSA MODELAR 12 CORES, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CARBOIDRATO DE CEREAIS, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, CX C/ 12 MASSAS, SEM A EMBALAGEM COM 12 CAIXAS	UND	1350	4,93	6.655,50
107	TINTA GUACHE ACONDICIONADA EM POTE PLÁSTICO COM 250 ML, CORES VARIADAS.	UND	1300	8,08	10.504,00
108	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES VIVAS, SENDO ELAS: PRETA, BRANCA, AMARELA, AZUL, VERDE, VERMELHA.15 ML. LAVÁVEL, SOLUÇÃO EM ÁGUA. CORES MISCÍVEIS ENTRE SI. COMPOSIÇÃO: COLORANTES, ÁGUA, ESPESSASTES, CARGA INERTE E CONSERVANTES. EMBALAGEM EM CARTÃO, CONTENDO 06 FRASCOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, COM TAMPA PLÁSTICA DE ROSCA, EMBALAGEM DE PAPEL CARTÃO DUPLEX (300 G/M²), IMPRESSÃO OFFSET 4X0. DIMENSÕES DA FACA DE ACORDO COM PADRÕES DO FABRICANTE.NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR TAMBÉM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: CONTÉM 6 UNIDADES PRODUTO ATÓXICO COMPOSIÇÃO VALIDADE PESO LIQUÍDO NOME DO FABRICANTE SELO DO INMETRO DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DE SEGURANÇA DA NBR 15236 E AO SELO DO INMETRO. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. CAIXA COM 06 UNIDADES	CAIXA	1300	7,95	10.335,00
				Total do Lote	58.625,60

7 - ENCADERNAÇÃO					
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
109	CAPA E CONTRA CAPA P/ ENCADERNAÇÃO A4 TRANSPARENTE/PRETA C/100	PACOTE	1000	59,85	59.850,00
110	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 17MM, 100 FOLHAS, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	350	31,97	11.189,50
111	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 29MM, 100 FOLHAS, PACOTE COM 35 UNIDADES	PACOTE	650	37,77	24.550,50
				Total do Lote	95.590,00

8 - QUADRO BRANCO E ACESSÓRIOS					
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
112	APAGADOR QUADRO BRANCO MATERIAL BASE: FELTRO, MATERIAL CORPO:	UNIDADE	1200	6,18	7.416,00

	PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 15, LARGURA: 6.				
113	PINCEL PARA QUADRO BRANCO (PRETO) MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, RECARREGÁVEL	UND	3500	4,34	15.190,00
114	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: ACRÍLICO, TIPO CARGA: RECARREGÁVEL, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA 4MM E ESPESSURA ESCRITA 2MM	UND	4000	7,97	31.880,00
115	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO: MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR: VERMELHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI– ASFIXIANTE	UND	2000	9,57	19.140,00
116	QUADRO BRANCO MATERIAL: MDF, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA: ANODIZADO, COR MOLDURA: BRANCO, FINALIDADE: ANEXAR AVISOS E DOCUMENTOS, LARGURA: 90 CM, COMPRIMENTO: 120 CM, MATERIAL	UND	220	138,62	30.496,40
				Total do Lote	104.122,40

9 - CARIMBO E ACESSÓRIOS

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
117	ALMOFADA PARA CARIMBO CAIXA PLASTICA COM ESPONJA ABSORVENTE ENTINTADA TAMANHO Nº3 COR AZUL 12X9CM	UND	550	4,37	2.403,50
118	TINTA – TINTA PARA CARIMBO, A BASE DE ÁGUA, NA COR PRETA, TUBO COM 40 ML	UND	550	4,36	2.398,00
119	TINTA CARIMBO, ÁGUA E PIGMENTOS LÍQUIDOS APLICAÇÃO ALMOFADA PARA CARIMBO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COR AZUL E TUBO DE 40 ML.	UND	550	4,17	2.293,50
				Total do Lote	7.095,00

10 - INFORMÁTICA E ARMAZENAMENTO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
120	PEN DRIVE 16GB – COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 16 GB, COM INTERFACE USB 2.0, TWIST: PRATICIDADE E PROTEÇÃO AUMENTANDO A VIDA UTIL DO PEN DRIVE, CONECTORES USB TIPO A, VELOCIDADE DE LEITURA 10MB/S, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 2.3 MB/S, ALTURA 3 C	UND	180	24,82	4.467,60
121	PEN DRIVE 32GB – COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 32 GB, COM INTERFACE USB 2.0, TWIST: PRATICIDADE E PROTEÇÃO AUMENTANDO A VIDA UTIL DO PEN DRIVE, CONECTORES USB TIPO A, VELOCIDADE DE LEITURA 10MB/S, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 2.3 MB/S, ALTURA 3	UND	160	32,57	5.211,20

122	PEN DRIVE 64GB – COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 64 GB, COM INTERFACE USB 2.0, TWIST: PRATICIDADE E PROTEÇÃO AUMENTANDO A VIDA UTIL DO PEN DRIVE, CONECTORES USB TIPO A, VELOCIDADE	UND	235	45,33	10.652,55
				Total do Lote	20.331,35
				TOTAL	2.578.768,25

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 10 (dez) dias.

5.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/10/2026.

6.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.
6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO
7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: O pagamento será efetuado de forma parcelada, de acordo com os quantitativos efetivamente fornecidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.
7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO
8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO
9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.
9.2.A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.
9.3.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos lotes registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utiliza-lo como referência - Anexo 01.

_____

RUAN MARTINIANO SILVA DE OLIVEIRA
Diretor do Departamento de Planejamento

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE - PB.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

1 - ESCRITA, MARCAÇÃO E CORREÇÃO						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
1	APONTADOR LÁPIS, MATERIAL METAL E PLÁSTICO, TIPO ESCOLAR, TAMANHO MÉDIO, QUANTIDADE FUROS 1, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM DEPÓSITO, LÂMINA AÇO INOXIDÁVEL		UND	900		
2	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: PARA LÁPIS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: CAPA PLÁSTICA PROTETORA.		UND	800		
3	BORRACHA ESCOLAR BRANCA, MACIA Nº 40, ESPECIAL P/ APAGAR ESCRITA A LAPIS SEM BORRAR OU MANCHAR O PAPEL, CAIXA C/ 40 UND		CAIXA	620		
4	BORRACHA PONTEIRA C/100 UND BRANCA		CAIXA	620		
5	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL 0.7, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM APROXIMADAMENTE 15CM, TAMPA CÔNICA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO. EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES		CAIXA	650		
6	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA 0.7, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM APROXIMADAMENTE 15CM, TAMPA CÔNICA. PRAZO DE VALIDADE		CAIXA	440		

	MÍNIMA DE 01 ANO. EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES					
7	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA 0.7, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM APROXIMADAMENTE 15CM, TAMPA CÔNICA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO. EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES		CAIXA	380		
8	CANETA MARCA TEXTO – COR VERDE – COM 12 UNIDADES. ESPECIFICAÇÃO: COM PONTA CHANFRADA EM POLIETILENO E FILTRO EM POLIÉSTER, COM TINTA SUPERFLUORESCENTE E COR VIVA PARA SUBLINHAR E DESTACAR, ESPESSURA DO TRAÇO 1MM PARA SUBLINHAR E 4 MM PARA DESTACAR DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR, VALIDADE MÍNIMA DE 11 MESES		CAIXA	800		
9	CANETA MARCA TEXTO COR AZUL: PONTA CHANFRADA PARA TRAÇO FINO E GROSSO RESINA TERMOPLASTICA, PONTA DE FELTRO E TINTA CX COM 12 UNIDADE		CAIXA	750		
10	CANETA MARCA TEXTO COR ROSA: PONTA CHANFRADA PARA TRAÇO FINO E GROSSO RESINA TERMOPLASTICA, PONTA DE FELTRO E TINTA CX COM 12 UNIDADES		CAIXA	750		
11	CANETA MARCA TEXTO; MATERIAL: CORPO EM PLÁSTICO; MODELO: MARCA TEXTO; TINTA: FLUORESCENTE; COR DA TINTA: AMARELO; TINTA: ATÓXICA À BASE DE ÁGUA; A COMPOSIÇÃO COM TINTA ATÓXICA DEVERÁ ESTAR ESCRITA NA EMBALAGEM. MEDIDA: MÍNIMO DE 15 CM DE COMPRIMENTO;CARACTERÍSTICAS: PONTA CHANFRADA, LARGURA MÍNIMA DO TRAÇO DE 4MM, CARGA NÃO RECARREGÁVEL; PRAZO DE VALIDADE: 24 MESES A PARTIR		CAIXA	750		
12	LÁPIS GRAFITE Nº2 C/144UND – LÁPIS PRETO MATERIAL CORPO: MADEIRA , DUREZA CARGA: HB , FORMATO CORPO: CILÍNDRICO , MATERIAL CARGA: GRAFITE Nº 2		CAIXA	700		
13	LAPISEIRA 0.7 ESPECIFICAÇÃO: LAPISEIRA 0.7 COM CORPO EM PLÁSTICO RÍGIDO E BORRACHA		UND	550		
14	MARCADOR DE PÁGINA ADESIVO COM FLAGS MATERIAL PLÁSTICO. TIPO BANDERITAS REPOSICIONÁVEIS CORES NEON SORTIDAS, FORMATO (11MMX43MM) COM 5 DIVISÃO/SUPORTE DE 20 FOLHAS CADA, NO TOTAL DE 100		PACOTE	2180		

15	PINCEL ATÔMICO GROSSO CORES VARIADAS, MARCADOR PERMANENTE, PONTA CHANFRADA AZUL.		UND	850		
16	PINCEL ATÔMICO GROSSO CORES VARIADAS, MARCADOR PERMANENTE, PONTA CHANFRADA PRETO		UND	850		
17	RÉGUA 30CM MATERIAL: ACRÍLICO, COMPRIMENTO: 30 CM, GRADUAÇÃO: CENTÍMETRO/MILÍMETRO, TIPO MATERIAL: RÍGIDO, COR: CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TRANSPARENTE/LARGURA DE 3,5 CM		UND	1300		
2 - PAPÉIS, BLOCOS, CADERNOS E ENVELOPES						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
18	AGENDA PERMANENTE FORMATO 13,5CMX19, 2C CAPA COURVIN, FOLHAS INTERNAS, PAPEL OFFSET 63G/M2 COM 352 PAGINAS		UND	580		
19	BLOCO RECADO: MATERIAL: PAPEL, COR: AMARELO CANÁRIO, LARGURA: 76 MM, COMPRIMENTO: 102 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AUTOADESIVO, REPOSICIONÁVEL, QUANTIDADE FOLHAS: 100 UND.		UNIDADE	3500		
20	BOBINA DE PAPEL SULFITE 90GR – TAMANHO 610MM X 50M PARA IMPRESSORA PLOTTER		UND	180		
21	CADERNO BROCHURA FORMATO 140X202MM COM 96 FOLHAS		UND	2600		
22	CADERNO ESPIRAL COLEGIAL, CAPA DURA, COM 10 MATÉRIAS, COM NO MÍNIMO 200 FOLHAS		UND	280		
23	CADERNO ESPIRAL, CAPA: DURA, ESPIRAL, FOLHAS: PAUTADAS, 200 PAGINAS, TIPO A5, ANOTAÇÕES		UND	240		
24	CADERNO PARA PROTOCOLO CAPA DURA 48 FOLHAS. ESPECIFICAÇÃO: FORMATO DE NO MÍNIMO 200MM X 275MM, NO MÍNIMO 48 FOLHAS		UND	400		
25	CARTOLINA COMUM, TAMANHO 50X66CM, CORES VARIADAS		UND	2800		
26	CARTOLINA DUPLA FACE, GRAMATURA 180 G, TAMANHO 50 X 66 CM, CORES DIVERSAS.		UND	1700		
27	CARTOLINA GUACHE, TAMANHO 48X66CM, CORES VARIADAS		UND	2200		
28	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA ATOXICO, LAVAVEL DE SECAGEM RAPIDA P/ APLICAÇÃO EM PAPEL E SIMILARES FRESCO DE 18ML C/12 UND		CAIXA	620		
29	ENVELOPE AMARELO PARA FOLHA A4 ENVELOPE AMARELO PARA FOLHA A4. CAIXA C/100 UNID.		CAIXA	1750		
30	ENVELOPE PARA CONVITE. 114 X 162MM, 80G, EM CORES VARIADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES.		CAIXA	420		

31	ENVELOPE PARDO OURO MÉDIO – TAMANHO 24X34CM. CAIXA COM 100 UNIDADES.		CAIXA	1050		
32	ETIQUETA ADESIVA FORMATO CARTA, MEDINDO 50,8MM X 101,6MM (10 ETIQUETAS POR FOLHA). EMBALAGEM COM 100 FOLHAS.		CAIXA	350		
33	LIVRO ATA, MATERIAL PAPEL SULFITE PAUTADO, QUANTIDADE DE FOLHAS 100 FLS, GRAMATURA 75GR/M2, MEDINDO 297MM X 210 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CAPA DURA DE PAPELÃO FOLHAS NUMERADAS		UND	2200		
34	LIVRO DE PONTO COM 100 FOLHAS, MATERIAL PAPEL SULFITE, MEDINDO 218MM X 319MM, CAPA DURA E FOLHAS NUMERADAS		UND	80		
35	PAPEL – GLOSSY ADESIVO, FORMATO A4,130G/M2, NA COR BRANCA. PACOTE COM 50 FOLHAS		PACOTE	320		
36	PAPEL A4 210MMX297MM, CONTÉM 50 FOLHAS, BRANCO, 120G/M² (40KG)		PACOTE	320		
37	PAPEL CREPOM, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA 18 G/M2, COMPRIMENTO 2 M, LARGURA 48 CM, EM CORES DIVERSAS		UND	3500		
38	PAPEL LAMINADO, CORES VARIADAS, TIPO CORES METALIZADAS, MEDINDO 48CM X 60CM.		UND	3500		
39	PAPEL MADEIRA 66X96 – PAPEL MADEIRA NA CORKRAFT OURO DIMENSÕES 66MM X 96 CM GRAMATURA 120G		FOLHA	3500		
40	PAPEL MADEIRA, TAMANHO 660,00 X 960,00 MM, GRAMATURA 120G/M2 NA COR KRAFT NATURAL		FOLHA	3500		
41	PAPEL OFÍCIO A4 210 MM X 297 MM PAPEL OFÍCIO A4, FORMATO 210MM LARGURA X 297MM COMPRIMENTO, ESPESSURA UNIFORME, SUPER BRANCO, GRAMATURA 75G/M2, ACONDICIONADO EM RESMAS COM 500 FOLHAS E REEMBALADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM ATÉ DEZ RESMAS, DEVENDO AINDA CONSTAR A QUANTIDADE OU PESO LÍQUIDO, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.		RESMA	37500		
42	PAPEL OFÍCIO A4 COLORIDO COM 100 FOLHAS, MATERIAL PAPEL SULFITE, GRAMATURA 75 G/M², UTILIZAÇÃO VÁRIAS, ACOMODADO EM PACOTES, TAMANHO 210MM X 297MM, CORES DIVERSAS.		PACOTE	400		
43	PAPEL PARA FOTO A4 COM 20FLS – PAPEL FOTOGRÁFICO – GRAMATURA: 180 G/M2, COMPRIMENTO: 297 MM, TIPO: GLOSSY BRILHANTE, LARGURA: 210 MM, COMPATIBILIDADE:		CAIXA	800		

	IMPRESSORA JATO DE TINTA /LASER.					
44	PAPEL SEDA 48X60 – PAPEL SEDA MATERIAL: CELULOSE VEGETAL , COMPRIMENTO: 60 CM, LARGURA: 48 CM, COR: VARIADA , GRAMATURA: 18 G/M.		UND	750		
45	PAPEL TIPO CARTÃO COMPOSIÇÃO PAPEL ALCALINO CORES VARIADAS, GRAMATURA 180G/M2, TAMANHO 210X297MM.		PACOTE	1300		
3 - ARQUIVAMENTO E ORGANIZAÇÃO						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
46	ARQUIVO MORTO PLÁSTICO, CAIXA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO CORRUGADO TIPO POLI ONDA FLEXÍVEL, COM DIMENSÕES 250X130X350MM, COM IMPRESSÃO NAS LATERAIS, APLICAÇÃO ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS, TIPO DOBRÁVEL E MONTÁVEL, CORES VARIADAS, COM ABAS LATERAIS AFIXADAS NA PARTE INTERNA		UND	10000		
47	PASTA ARQUIVO MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM ABA E ELÁSTICO, TAMANHO: OFÍCIO, APLICAÇÃO: ARMAZENAR DOCUMENTOS E IMPRESSOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 3: MODELO "L" /		UND	700		
48	PASTA AZ, MATERIAL PAPELÃO PRENSADO, MEDINDO 285MMX345MMX80MM, COM PRENDEDOR INTERNO, APLICAÇÃO ARQUIVO DE DOCUMENTOS.		UND	1200		
49	PASTA CANALETA MATERIAL PLÁSTICO, MEDINDO 235MMX330MM, COM CANALETA REMOVÍVEL.		UND	700		
50	PASTA CATÁLOGO, CAPA DE PAPELÃO REVESTIDO DE MATERIAL PVC NA COR PRETA, TAMANHO OFICIO, COM 100 ENVELOPES PLÁSTICOS.		UND	680		
51	PASTA COM ELÁSTICO PARA DOCUMENTO TIPO ESCARCELA EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE COM ABA, MEDINDO 34 X 25 X 05CM, DE BOA QUALIDADE.		UND	7000		
52	PASTA ESCOLAR 40MM TIPO SOFT, COM ABA E ELÁSTICO, MEDINDO 245X335X40MM, SEM PRENDEDOR INTERNO		UND	1300		
53	PASTA PLÁSTICA CLASSIFICADORA A4, COM GRAMPO TRILHO – MEDIDAS APROXIMADAS: 340 X 245 MM		UND	1180		
54	PASTA SANFONADA EM POLIPROPILENO TRANSLUCIDO, 260 X 390 X 27MM, C/ 12 DIVISÓRIAS INTERNAS, VISORES COLORIDOS, FECHAMENTO COM ALÇA		UND	680		

	ELÁSTICA, COR CRISTAL, AZUL, VERDE, RS, LIL OU FUME.					
55	PASTA SUSPENSA MATERIAL CARTÃO KRAFT, MEDINDO 235MMX360MM, COM ETIQUETA BRANCA NÃO ADESIVA, COM GRAMPO TRILHO PLÁSTICO, APLICAÇÃO ARQUIVO DE DOCUMENTOS		UND	6000		
56	PASTAS DE ABA ELÁSTICA PLÁSTICA OFICIO 30MM TRANSPARENTE OFFICE		UND	1300		
57	PORTA CANETA LÁPIS ORGANIZADOR PRETO MESA ESCRITÓRIO, ESPECIFICAÇÕES: ORGANIZADOR DE MESA ARAMADO PRETO, DIMENSÕES: 15,4 X 9,8 X 10 CM		UND	650		
58	PORTA OBJETOS / CANETA, LÁPIS, CLIPS ORGANIZADOR DE MESA ARAMADO PRETO		UND	550		
59	PRANCHETA COMUM DE MDF A4 – MATERIAL: MADEIRA, COMPRIMENTO: 350 MM, LARGURA: 250 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PEGADOR METÁLICO		UND	100		
60	PRANCHETA PORTÁTIL – MATERIAL: ACRÍLICO, COMPRIMENTO: 340 MM, LARGURA: 235 MM, ESPESSURA: 2 MM, COR: FUMÊ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PREDENDOR DE METAL E CANTOS ARRENDONDADOS		UND	1200		
61	SUPORTE ORGANIZADOR DE DOCUMENTOS ACRILICO PAPEL FOLHAS A4 3 BANDEJAS		UND	700		
62	DISPLAY ACRÍLICO A4 TRIPLO PORTA DOCUMENTO VERTICAL / HORIZONTAL COM FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE		UND	500		
63	DISPLAY ACRÍLICO A4 DE PAREDE PORTA DOCUMENTO VERTICAL / HORIZONTAL COM FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE		UND	500		
4 - ACESSÓRIOS DE ESCRITÓRIO E GRAMPEAMENTO						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
64	CALCULADORA MESA, TIPO ELETRÔNICA, NÚMERO DE DIGITOS 12, FONTE DE ALIMENTAÇÃO BATERIA		UND	100		
65	CLIPES, EM AÇO NIQUELADO, Nº 2/0, COM 100 UNIDADES, FABRICADO COM ARAME DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTI–FERRUGEM.		CAIXA	3000		
66	CLIPS EM AÇO NIQUELADO, TAMANHO DO CLIPS: Nº 4/0 CAIXA COM 100 UNIDADES CADA		CAIXA	6000		
67	CLIPS EM AÇO NIQUELADO, TAMANHO Nº 8/0, ACONDICIONADO EM CAIXA C/25 UNIDADES		CAIXA	2500		

68	CLIPS EM METAL CROMADO, TAMANHO Nº 3/0, CAIXA COM 100 UNIDADES.		CAIXA	5000		
69	CLIPS, MATERIAL: METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, TAMANHO: Nº 10/0, UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 25 UNIDADES		CAIXA	1500		
70	ELÁSTICO EM LÁTEX AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 500G. ESPECIFICAÇÃO: ELÁSTICO EM LÁTEX AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 500G.		PACOTE	450		
71	EXTRATOR DE GRAMPOS – EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR CENTRAL – CAIXA COM 12 UNID		CAIXA	600		
72	GRAMPEADOR GRANDE – MATERIAL: FERRO, APLICAÇÃO: FOLHAS, CAPACIDADE: MÍNIMA DE 50 FL, TAMANHO GRAMPO: 26/6, TIPO: MESA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFORÇADO, TAMANHO GRANDE		UND	300		
73	GRAMPEADOR PEQUENO, DE MESA, DE METAL PARA USO DE GRAMPO 26/6, COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 10 FOLHAS DE PAPEL DE 75G/M², DE UMA SÓ VEZ, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO		UND	620		
74	GRAMPEADOR TRATAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO, MATERIAL METAL PINTADO, TIPO MESA, CAPACIDADE DE APLICAÇÃO 240FLS, UTILIZAÇÃO MANUAL, TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, APLICAÇÃO EM PAPEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UTILIZAÇÃO DE GRANDE PORTE PERFURANDO ATÉ 240FLS DE UMA SÓ VEZ.		UND	180		
75	GRAMPO 23/24 P/ GRAMPEADOR METALICO CAP 240 FOLHAS		CAIXA	550		
76	GRAMPO GALVANIZADO, PARA GRAMPEADOR 23/10, CAIXA COM 5000 UNIDADES.		CAIXA	1300		
77	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, MATERIAL METAL GALVANIZADO, TAMANHO 26/6, ACOMODADO EM CAIXAS DE PAPEL COM 5000 GRAMPOS		CAIXA	1700		
78	GRAMPO TRILHO ESTENDIDO C/50 JOGOS (PLÁSTICO)		PACOTE	320		
79	PERCEVEJOS, TIPO TACHINHAS, TAMANHO: 8 A 10MM, EM METAL GALVANIZADO OU LANTONADOS, C/ CABEÇA, CAIXA COM 100 UNIDADES		CAIXA	550		
80	PERFURADOR PARA PAPEL - EM ESTRUTURA METALICA, CAPACIDADE DE 70 FOLHAS COM 75G/M2, COM 2 VAZADORES, NA COR PRETA		UND	580		

81	UMEDECEDOR DE DEDOS - SUPORTE DE PLASTICO, TIPO CREME, A BASE DE GEL, CONTENDO 12G		UND	620		
5 - COLAGEM, CORTE E FIXAÇÃO						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
82	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO PCT C/1KG		PACOTE	500		
83	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSO PCT C/1KG		PACOTE	500		
84	COLA BRANCA – 1 LITRO (PVA EXTRA) BOA QUALIDADE, NÃO TÓXICA. APLICAÇÃO PARA PAPEL OU MADEIRA.		UND	260		
85	COLA BRANCA 90G PARA USO ESCOLAR OU ARTESANAL, COMPOSIÇÃO: DISPERSÃO AQUOSA A BASE DE ACETADO DE POLIVINILA, PRODUTO ATÓXICO.		UND	3800		
86	COLA BRANCA, EM BASTÃO 21G, APLICAÇÃO PAPEL, LAVÁVEL, NÃO TÓXICO, COMPOSIÇÃO PVA, GLICERINA, ÁGUA E CONSERVANTES.		UND	2200		
87	COLA ISOPOR 90G, COMPOSICAO ACETATO DE POLIVINILA EM ÁLCOOL ETÍLICO, PRODUTO INFLAMAVEL, UTILIZACAO EM ISOPOR E EVA.		UND	1700		
88	CORRETIVO EM FITA 4,2MM X 10M, CORREÇÃO INSTANTÂNEA E SECA, COR BRANCA, COM TAMPA PROTETORA. CX COM 12 UNID.		UND	13440		
89	ESTILETE LARGO PLÁSTICO 18MM, LÂMINA EM AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E TRAVA DE SEGURANÇA		UND	500		
90	FITA ADESIVA 45X50 CRISTAL: POLIURETANO, LARGA, TRANSPARENTE, PARA EMPACOTAMENTO, ALTA ADERÊNCIA		UND	2000		
91	FITA ADESIVA CREPE 19MM X 50M. MATERIAL DO DORSO: PAPEL CREPADO TRATADO. ADESIVO: RESINA E BORRACHA SINTÉTICA. ESPESSURA TOTAL: APROXIMADAMENTE 130 M (MICRÔMETROS). DURABILIDADE: RESISTENTE À UMIDADE E SOLVENTES LEVES. REMOÇÃO: FÁCIL REMOÇÃO SEM DEIXAR RESÍDUOS EM ATÉ 24 HORAS APÓS A APLICAÇÃO. TEMPERATURA DE TRABALHO: – 10°C A 75°C. APLICAÇÃO: IDEAL PARA MASCARAMENTO EM PINTURAS, FIXAÇÃO DE PAPÉIS, TRABALHOS ESCOLARES, ARTESANATO E USO GERAL EM ESCRITÓRIOS E RESIDÊNCIAS.		UND	1150		
92	FITA CREPE 24MMX50M		UND	1100		
93	FITA DUPLA FACE 24X30		UND	900		

94	FITA DUREX – FABRICADO EM POLIPROPILENO, ALTA PODER DE ADESÃO, 12X40		UND	1600		
95	FITA GOMADA, EM PAPEL KRAFT PARDO COM GRAMATURA DE 80 G/M² ADESIVO		UND	500		
96	PISTOLA DE COLA QUENTE (GRANDE), ELÉTRICO, BIVOLT – 110 V / 220 V, POTÊNCIA 40 WATTS, SECAGEM DA COLA 1 MINUTO, COLA PAPEL, PLÁSTICO, MADEIRA, CERÂMICA, FLORES ARTIFICIAIS, MINIATURAS E ALGUNS METAIS. ACEITA BASTÃO DE SILICONE DE 11MM. UTILIZAÇÃO EM ARTIGOS DE ARTESANATO MEDIDAS: LARGURA 16CM – COMPRIMENTO 15CM – PROFUNDIDADE 3,5CM. COM TEMPO		UND	280		
97	PISTOLA DE COLA QUENTE (PEQUENA), ELÉTRICO, BIVOLT – 110 V / 220 V, POTÊNCIA 20 WATTS, SECAGEM DA COLA 1 MINUTO, COLA PAPEL, PLÁSTICO, MADEIRA, CERÂMICA, FLORES ARTIFICIAIS, MINIATURAS E ALGUNS METAIS. ACEITA BASTÃO DE SILICONE DE 7MM. UTILIZAÇÃO EM ARTIGOS DE ARTESANATO. APROXIMADAMENTE 400GR. COM TEMPO INDETERMINADO		UND	280		
98	BLOCO DE RECADOS AUTOADESIVOS REPOSICIONÁVEL MEDINDO 38X50MM, CORES DIVERSAS. BLOCO C/ 100 FLS. MATERIAL: PAPEL ADESIVO DE ALTA QUALIDADE. ADESIVO: REPOSICIONÁVEL, COLA E DESCOLA SEM DANIFICAR SUPERFÍCIES. CORES: DIVERSASCORES VIBRANTES, COMO AMARELO, ROSA, VERDE E AZUL. TAMANHO: 38 MM X 50 MM. QUANTIDADE: 100 FOLHAS POR BLOCO (4 BLOCOS). ESPESSURA DO PAPEL: CERCA DE 80 G/M². DURABILIDADE: RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. USO:IDEAL PARA SUPERFÍCIES LISAS, COMO PAPEL, MADEIRA, VIDRO E PLÁSTICO. EXTRAS: NÃO DEIXA RESÍDUOS DE COLA AO SER REMOVIDO		PACOTE	9000		
99	TESOURA 21CM COM CABO PLÁSTICO ESPECIFICAÇÕES: TESOURA PROFISSIONAL - 8 POLEGADAS / 21 CM. MULTIUSO COM LÂMINAS EM AÇO INOX E CABO EM POLIPROPILENO E/OU EMBORRACHADO, ANATÔMICO COM ENCAIXE		UND	280		
100	TESOURA ESCOLAR CAIXA COM 12 UNDS. ESPECIFICAÇÃO: COM LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL, MEDINDO NO MÍNIMO 11 CENTÍMETROS E CABO EM		CAIXA	600		

	POLIPROPILENO, NÃO TÓXICO, 2 DEDOS, COM REBITE, PONTA ARREDONDADA, CAIXA COM NO MÍNIMO 12 UNIDADES.					
6 - ARTES E ATIVIDADES ESCOLAR						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
101	BORRACHA EVA C/GLITTER 40X60 CORES VARIADOS, PCT COM 10 UNIDADES		PACOTE	120		
102	EMBORRACHADO EM EVA TAMANHO 40X60CM DIVERSAS CORES.		UND	1200		
103	GIZ DE CERA COM 12 CORES, NÃO TÓXICO, FORMATO ANATÔMICO, COMPOSIÇÃO CERAS E PIGMENTOS, APLICAÇÃO PARA DESENHAR E PINTAR SOBRE PAPEL		CAIXA	1050		
104	LAPIS DE COR LONGO – EM MADEIRA, CAIXA COM 12 CORES		CAIXA	1300		
105	LAPIS HIDROCOR COM 12 CORES COMPOSICAO RESINA TERMOPLASTICA, CARGA A BASE DE ÁGUA, CORANTES, PONTA DE FIBRA DE POLIESTER, NÃO TÓXICO, LAVÁVEL, ACOMODADOS EM EMBALAGEM PLASTICA.		CAIXA	650		
106	MASSA MODELAR 12 CORES, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CARBOIDRATO DE CEREAIS, GLÚTEN, CLORETO DE SÓDIO, CONSERVANTES, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, CX C/ 12 MASSAS, SEM A EMBALAGEM COM 12 CAIXAS		UND	1350		
107	TINTA GUACHE ACONDICIONADA EM POTE PLÁSTICO COM 250 ML, CORES VARIADAS.		UND	1300		
108	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES VIVAS, SENDO ELAS: PRETA, BRANCA, AMARELA, AZUL, VERDE, VERMELHA.15 ML. LAVÁVEL, SOLUÇÃO EM ÁGUA. CORES MISCÍVEIS ENTRE SI. COMPOSIÇÃO: COLORANTES, ÁGUA, ESPESSASTES, CARGA INERTE E CONSERVANTES. EMBALAGEM EM CARTÃO, CONTENDO 06 FRASCOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, COM TAMPA PLÁSTICA DE ROSCA, EMBALAGEM DE PAPEL CARTÃO DUPLEX (300 G/M²), IMPRESSÃO OFFSET 4X0. DIMENSÕES DA FACA DE ACORDO COM PADRÕES DO FABRICANTE.NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR TAMBÉM AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: CONTÉM 6 UNIDADES PRODUTO ATÓXICO COMPOSIÇÃO VALIDADE PESO LIQUÍDO NOME DO FABRICANTE SELO DO INMETRO DEVE ATENDER AOS REQUISITOS DE SEGURANÇA DA NBR 15236 E AO SELO DO INMETRO. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA		CAIXA	1300		

	DA ENTREGA. CAIXA COM 06 UNIDADES					
7 - ENCADERNAÇÃO						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
109	CAPA E CONTRA CAPA P/ ENCADERNAÇÃO A4 TRANSPARENTE/PRETA C/100		PACOTE	1000		
110	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 17MM, 100 FOLHAS, PACOTE COM 100 UNIDADES		PACOTE	350		
111	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 29MM, 100 FOLHAS, PACOTE COM 35 UNIDADES		PACOTE	650		
8 - QUADRO BRANCO E ACESSÓRIOS						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
112	APAGADOR QUADRO BRANCO MATERIAL BASE: FELTRO, MATERIAL CORPO: PLÁSTICO, COMPRIMENTO: 15, LARGURA: 6.		UNIDADE	1200		
113	PINCEL PARA QUADRO BRANCO (PRETO) MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, RECARREGÁVEL		UND	3500		
114	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: ACRÍLICO, TIPO CARGA: RECARREGÁVEL, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA 4MM E ESPESSURA ESCRITA 2MM		UND	4000		
115	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO: MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR: VERMELHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI–ASFIXIANTE		UND	2000		
116	QUADRO BRANCO MATERIAL: MDF, ACABAMENTO SUPERFICIAL MOLDURA: ANODIZADO, COR MOLDURA: BRANCO, FINALIDADE: ANEXAR AVISOS E DOCUMENTOS, LARGURA: 90 CM, COMPRIMENTO: 120 CM, MATERIAL		UND	220		
9 - CARIMBO E ACESSÓRIOS						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
117	ALMOFADA PARA CARIMBO CAIXA PLASTICA COM ESPONJA ABSORVENTE ENTINTADA TAMANHO Nº3 COR AZUL 12X9CM		UND	550		
118	TINTA – TINTA PARA CARIMBO, A BASE DE ÁGUA, NA COR PRETA, TUBO COM 40 ML		UND	550		
119	TINTA CARIMBO, ÁGUA E PIGMENTOS LÍQUIDOS APLICAÇÃO ALMOFADA PARA CARIMBO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COR AZUL E TUBO DE 40 ML.		UND	550		

10 - INFORMÁTICA E ARMAZENAMENTO						
CÓDIGO	**DISCRIMINAÇÃO**	**MARCA/MODELO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL**
120	PEN DRIVE 16GB – COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 16 GB, COM INTERFACE USB 2.0, TWIST: PRATICIDADE E PROTEÇÃO AUMENTANDO A VIDA UTIL DO PEN DRIVE, CONECTORES USB TIPO A, VELOCIDADE DE LEITURA 10MB/S, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 2.3 MB/S, ALTURA 3 C		UND	180		
121	PEN DRIVE 32GB – COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 32 GB, COM INTERFACE USB 2.0, TWIST: PRATICIDADE E PROTEÇÃO AUMENTANDO A VIDA UTIL DO PEN DRIVE, CONECTORES USB TIPO A, VELOCIDADE DE LEITURA 10MB/S, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 2.3 MB/S, ALTURA 3		UND	160		
122	PEN DRIVE 64GB – COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 64 GB, COM INTERFACE USB 2.0, TWIST: PRATICIDADE E PROTEÇÃO AUMENTANDO A VIDA UTIL DO PEN DRIVE, CONECTORES USB TIPO A, VELOCIDADE		UND	235		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R$

PRAZO DE ENTREGA:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: ..../2026

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Mamanguape, Estado da Paraíba, localizada na Praça Antenor Navarro - Centro - Mamanguape - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00032/2026 que objetiva o registro de preços para: Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgãos e/ou entidades integrantes da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE - CNPJ nº 08.898.124/0001-48; Fundo Municipal de Saúde de Mamanguape - CNPJ nº 08.674.396/0001-64.

VENCEDOR:
CNPJ:
TOTAL:

1 - LOTE				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
			Total do Lote 1	
2 - LOTE				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**
			Total do Lote 2	

Etc...

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. Em caso de prorrogação desta Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº

00032/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Mamanguape, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Pelo seguinte órgão e/ou entidade participante do presente certame: Fundo Municipal de Saúde de Mamanguape - CNPJ nº 08.674.396/0001-64.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00032/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a cinquenta por cento dos quantitativos de cada item registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, ressalvadas as hipóteses legais de exceção;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do Contrato.
O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00032/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ....
Lote(s):
Valor: R$
- ....
Lote(s):
Valor: R$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Mamanguape.

...	...
...	...

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261026PE00032

CONTRATO Nº: ..../...-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Mamanguape - Rua do Imperador, 73 - Centro - Mamanguape - PB, CNPJ nº 08.898.124/0001-48, neste ato representada pelo Prefeito Joaquim Fernandes de Oliveira Neto, Brasileira, Casado, residente e domiciliado na Rua: João Maranhão, 200 - Campo - Mamanguape - PB, CPF nº 090.322.454-22, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00032/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00032/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ ... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/10/2026.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
Recursos não Vinculados de Impostos:02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.0052.2002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito (15001000 Recurso Livres Ordinários) 02.020 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO – 04.122.0052.2003 Manutenção das Atividades da Sec. De Administração (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.021 PROCURADORIA GERAL – 04.122.0052.2093 Manutenção da Procuradoria Municipal (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.022 CONTADORIA GERAL – 04.122.0052.2094 Manutenção da Contadoria Geral (15001000 Recurso Livres Ordinários) –02.023 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – 04.122.0052.2095 Manutenção da Controladoria Geral do Município – 02.024 GUARDA CIVIL METROPOLITANA – 04.122.0052.2096 Manutenção da Controladoria Geral do Município (15001000 Recurso Livres Ordinários) 02.030 SEC. DE FINANÇAS – 04.123.0021.2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.040 SEC. DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DEFESA AGROPECUÁRIA – 20.605.0643.2014 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (15001000 Recurso Livres Ordinários) 20.608.0645.2016 Manut do Programa de Assist a Pequenos produtores e de Distribuição de Sementes (15001000 Rec. Livres Ord.) – 02.050 SEC. DO GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA – 04.122.0052.2017 Manutenção das atividades da Secretaria de Governo e Art Politica (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.060 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2021 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola (15510000 Transferências de Recursos FNDE referente ao PDDE) –12.361.0403.2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (15001001 Recursos não vinculados de impostos – MDE) – 12.361.0407.2023 Manutenção dos Serviços de transporte Escolar (15530000 Transferências de Recursos FNDE referente ao PNATE/15710000 Transferência do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação) – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Fundeb 30%. (15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transf. de Impostos 30%/15411030– Transferências do FUNDEB– Complementação da União– VAAF/15421030 Transferências do FUNDEB–Complementação da União – VAAT–30%/15431030– Transferências do FUNDEB– Complementação da União– VAAR) – 12.361.0403.2025 MANUT SALÁRIO EDUCAÇÃO (15500000 Transferência Salário

Educação) – 12.361.0403.2026 Manut Outras Transferências do FNDE (15690000 Manutenção Outras Transferências do FNDE) – 12.365.0401.2027 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil (15001001 Recursos não vinculados de Impostos – MDE/15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transf. de Impostos 30%/15421030 Transferências do FUNDEB– Complementação da União – VAAT–30%) 12.361.0403.2078 Manut das Ações de Fomento a escola em tempo integral (15690000 Outras Transf. de Recursos FNDE) – 10.361.0403.2085 Manut das Ações Custeadas com recursos do Royalties p/educação (15730000 Royalties e Participação Especial Petr. e Gás) 12.361.0052.2087 Manutenção do Programa Capacita Mamanguape–Educação (15001000 – Recursos Livres Ordinários/ 15001001– Recursos não vinculados de impostos – MDE) – 02.070 SECRETARIA DE INFRA–ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO 15.452.0323.2028 Manut. Das Ativ. Da Sec de Desenvolvimento Urbano (15001000 Recursos Livres Ordinário) – 25.751.0506.2029 Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.090 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –08.244.0125.2032 Manutenção das Ativ. do Conselho Tutelar (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0486.2033 Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.243.0486.2034 Manut Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.241.0486.2035 Manut do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0125.2056 Manut Programas de Assist Eventual a População de Baixa renda (15001000 Recursos Livres Ordinários/ 17010000 Outras Transferências de Convênios ou instrumentos Congêneres dos Estados) 08.244.0486.2079 Manut das Atividades do Fundo da Pessoa com Deficiência (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0486.2092 Manutenção do Programa Capacita Mamanguape (15001000 Recursos Livres (Ordinário) – 02.100 SEC DE TURISMO – 23.695.0052.2036 Manutenção das atividades da secretaria de turismo (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 23.695.0363.2037 Manutenção das Atividades Turísticas e de Promoção de Eventos (15001000 Recursos Livres Ordinários)– 02.110 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – 18.451.0504.2038 Manutenção dos Serv de Limpeza Publica (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 18.541.0059.2039 Manut. Das Atividades da Secretaria nas Ações e Defesa do Meio Ambiente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.120 SEC DE ESPORTE E LAZER – 27.812.0125.2040 Manut das ativ Sec de Esporte e lazer (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.130 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL – 16.182.0052.2041 Manut das atividades da Secretaria de Habitação e Defesa Civil (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.140 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 04.121.0051.2042 Manut das ativ da Secretaria de Planejamento (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.170 SECRETARIA DOS DIREITOS DA MULHER – 14.422.0125.2045 Manut das ativ da Sec dos Direitos da Mulher (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.180 SECRETARIA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – 14.422.0125.2046 Man Sec de Cidadania e Direitos Humanos (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.200 SECRETARIA DA JUVENTUDE – 04.128.0021.2047 Manut das atividades da secretaria da juventude (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.210 SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E DESENV ECONOMICO – 23.692.0052.2048 Manut da Sec de Ind Com Desenv. Econômico (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.220 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL– 08.244.0125.2049 Manut do Fundo Municipal de Assistência Social (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0125.2050 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade – MAC (16600000 Transf. de Recursos do FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados) – 08.244.0125.2051 Bloco de Gestão do SUAS (16600000 Transf. de Recursos do FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados)) – 08.244.0125.2052 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único (16600000 Transf. de Recursos FNAS) – 08.244.0125.2053 Bloco da Proteção Social Básica (16600000 Transf. de Recursos FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados) – 08.244.0125.2054 Fortalecimento do Controle Social no SUAS (16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 08.243.0125.2055 Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz (16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 08.244.0125.2088 Procadsuas

(16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 02.230 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS – 18.544.0059.2057 Manutenção das atividades da Secretaria de Recursos Hídricos (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.240 SECRETARIA DE CULTURA – 13.392.0417.2058 Manutenção das Atividades Culturais do Município (15001000 Recursos Livres Ordinários) 02.250 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – 18.541.0059.2083 Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 3390.30.99 MATERIAL DE CONSUMO – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2060 Manutenção do Programa de Atenção Primária a Saúde – APS – 000487 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 000495 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2064 Teto Municipal Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – 000514 3390.30 99 Material de Consumo – 000515 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2065 SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – 00523 3390.30 99 Material de Consumo – 000524 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2066 CEO – Centro Espec Odontológico – 000532 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2067 Teto Munic Rede Saúde Mental –RSME – 000538 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2072 Manut das Ativ do Teto Munic da Rede Psicossocial – CAPS AD – 000561 3390.30 99 Material de Consumo – 10 122 0428 2074 Manut das Atividades do Conselho Municipal de Saúde – 000566 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2081 Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar – SAD – 000581 3390.30 99 Material de Consumo. – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2060 Manutenção do Programa de Atenção Primária a Saúde – APS – 000487 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 000495 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2064 Teto Municipal Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – 000514 3390.30 99 Material de Consumo – 000515 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2065 SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – 00523 3390.30 99 Material de Consumo – 000524 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2066 CEO – Centro Espec Odontológico – 000532 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2067 Teto Munic Rede Saúde Mental –RSME – 000538 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2072 Manut das Ativ do Teto Munic da Rede Psicossocial – CAPS AD – 000561 3390.30 99 Material de Consumo – 10 122 0428 2074 Manut das Atividades do Conselho Municipal de Saúde – 000566 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2081 Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar – SAD – 000581 3390.30 99 Material de Consumo.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: O pagamento será efetuado de forma parcelada, de acordo com os quantitativos efetivamente fornecidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:
O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:
a - Entrega: 10 (dez) dias.
A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:
Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.
Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:
Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:
O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Mamanguape.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Mamanguape - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

_____ _____

.....

PELO CONTRATADO

_____ _____

.....

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 261026PE00032

CONTRATO Nº: ..../...-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAMANGUAPE E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Mamanguape - Rua Cel. Luiz Inácio, 216 - Centro - Mamanguape - PB, CNPJ nº 08.674.396/0001-64, neste ato representado pelo Secretário de Saúde Antônio Máximo da Silva Neto, Brasileiro, Casado, Dentista, residente e domiciliado na Rua Via Local, S/N - Centro - Mamanguape - PB, CPF nº 057.130.434-60, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00032/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: Aquisição de materiais de expediente, destinados a atender as demandas da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde de Mamanguape–PB.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00032/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ ... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/10/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
Recursos não Vinculados de Impostos:02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.0052.2002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito (15001000 Recurso Livres Ordinários) 02.020 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO – 04.122.0052.2003 Manutenção das Atividades da Sec. De Administração (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.021 PROCURADORIA GERAL – 04.122.0052.2093 Manutenção da Procuradoria Municipal (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.022 CONTADORIA GERAL – 04.122.0052.2094 Manutenção da Contadoria Geral (15001000 Recurso Livres Ordinários) –02.023 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – 04.122.0052.2095 Manutenção da Controladoria Geral do Município – 02.024 GUARDA CIVIL METROPOLITANA – 04.122.0052.2096 Manutenção da Controladoria Geral do Município (15001000 Recurso Livres Ordinários) 02.030 SEC. DE FINANÇAS – 04.123.0021.2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.040 SEC. DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DEFESA AGROPECUÁRIA – 20.605.0643.2014 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (15001000 Recurso Livres Ordinários) 20.608.0645.2016 Manut do Programa de Assist a Pequenos produtores e de Distribuição de Sementes (15001000 Rec. Livres Ord.) – 02.050 SEC. DO GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA – 04.122.0052.2017 Manutenção das atividades da Secretaria de Governo e Art Politica (15001000 Recurso Livres Ordinários) – 02.060 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2021 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola (15510000 Transferências de Recursos FNDE referente ao PDDE) –12.361.0403.2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (15001001 Recursos não vinculados de impostos – MDE) – 12.361.0407.2023 Manutenção dos Serviços de transporte Escolar (15530000 Transferências de Recursos FNDE referente ao PNATE/15710000 Transferência do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação) – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Fundeb 30%. (15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transf. de Impostos 30%/15411030– Transferências do FUNDEB– Complementação da União– VAAF/15421030 Transferências do FUNDEB–Complementação da União – VAAT–30%/15431030– Transferências do FUNDEB– Complementação da União– VAAR) – 12.361.0403.2025 MANUT SALÁRIO EDUCAÇÃO (15500000 Transferência Salário Educação) – 12.361.0403.2026 Manut Outras Transferências do FNDE (15690000 Manutenção Outras Transferências do FNDE) – 12.365.0401.2027 Manutenção das Atividades do Ensino

Infantil (15001001 Recursos não vinculados de Impostos – MDE/15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transf. de Impostos 30%/15421030 Transferências do FUNDEB– Complementação da União – VAAT–30%) 12.361.0403.2078 Manut das Ações de Fomento a escola em tempo integral (15690000 Outras Transf. de Recursos FNDE) – 10.361.0403.2085 Manut das Ações Custeadas com recursos do Royalties p/educação (15730000 Royalties e Participação Especial Petr. e Gás) 12.361.0052.2087 Manutenção do Programa Capacita Mamanguape–Educação (15001000 – Recursos Livres Ordinários/ 15001001– Recursos não vinculados de impostos – MDE) – 02.070 SECRETARIA DE INFRA–ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO 15.452.0323.2028 Manut. Das Ativ. Da Sec de Desenvolvimento Urbano (15001000 Recursos Livres Ordinário) – 25.751.0506.2029 Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.090 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –08.244.0125.2032 Manutenção das Ativ. do Conselho Tutelar (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0486.2033 Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.243.0486.2034 Manut Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.241.0486.2035 Manut do Fundo Municipal da Pessoa Idosa (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0125.2056 Manut Programas de Assist Eventual a População de Baixa renda (15001000 Recursos Livres Ordinários/ 17010000 Outras Transferências de Convênios ou instrumentos Congêneres dos Estados) 08.244.0486.2079 Manut das Atividades do Fundo da Pessoa com Deficiência (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0486.2092 Manutenção do Programa Capacita Mamanguape (15001000 Recursos Livres (Ordinário) – 02.100 SEC DE TURISMO – 23.695.0052.2036 Manutenção das atividades da secretaria de turismo (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 23.695.0363.2037 Manutenção das Atividades Turísticas e de Promoção de Eventos (15001000 Recursos Livres Ordinários)– 02.110 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – 18.451.0504.2038 Manutenção dos Serv de Limpeza Publica (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 18.541.0059.2039 Manut. Das Atividades da Secretaria nas Ações e Defesa do Meio Ambiente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.120 SEC DE ESPORTE E LAZER – 27.812.0125.2040 Manut das ativ Sec de Esporte e lazer (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.130 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL – 16.182.0052.2041 Manut das atividades da Secretaria de Habitação e Defesa Civil (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.140 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 04.121.0051.2042 Manut das ativ da Secretaria de Planejamento (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.170 SECRETARIA DOS DIREITOS DA MULHER – 14.422.0125.2045 Manut das ativ da Sec dos Direitos da Mulher (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.180 SECRETARIA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – 14.422.0125.2046 Man Sec de Cidadania e Direitos Humanos (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.200 SECRETARIA DA JUVENTUDE – 04.128.0021.2047 Manut das atividades da secretaria da juventude (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.210 SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E DESENV ECONOMICO – 23.692.0052.2048 Manut da Sec de Ind Com Desenv. Econômico (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.220 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL– 08.244.0125.2049 Manut do Fundo Municipal de Assistência Social (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 08.244.0125.2050 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade – MAC (16600000 Transf. de Recursos do FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados) – 08.244.0125.2051 Bloco de Gestão do SUAS (16600000 Transf. de Recursos do FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados)) – 08.244.0125.2052 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único (16600000 Transf. de Recursos FNAS) – 08.244.0125.2053 Bloco da Proteção Social Básica (16600000 Transf. de Recursos FNAS/17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados) – 08.244.0125.2054 Fortalecimento do Controle Social no SUAS (16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 08.243.0125.2055 Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz (16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 08.244.0125.2088 Procadsuas (16600000 Transferências de Recursos do FNAS) – 02.230 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS – 18.544.0059.2057 Manutenção das atividades da Secretaria de

Recursos Hídricos (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 02.240 SECRETARIA DE CULTURA – 13.392.0417.2058 Manutenção das Atividades Culturais do Município (15001000 Recursos Livres Ordinários) 02.250 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – 18.541.0059.2083 Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente (15001000 Recursos Livres Ordinários) – 3390.30.99 MATERIAL DE CONSUMO – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2060 Manutenção do Programa de Atenção Primária a Saúde – APS – 000487 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 000495 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2064 Teto Municipal Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – 000514 3390.30 99 Material de Consumo – 000515 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2065 SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – 00523 3390.30 99 Material de Consumo – 000524 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2066 CEO – Centro Espec Odontológico – 000532 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2067 Teto Munic Rede Saúde Mental –RSME – 000538 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2072 Manut das Ativ do Teto Munic da Rede Psicossocial – CAPS AD – 000561 3390.30 99 Material de Consumo – 10 122 0428 2074 Manut das Atividades do Conselho Municipal de Saúde – 000566 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2081 Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar – SAD – 000581 3390.30 99 Material de Consumo. – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2060 Manutenção do Programa de Atenção Primária a Saúde – APS – 000487 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 000495 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2064 Teto Municipal Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – 000514 3390.30 99 Material de Consumo – 000515 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2065 SAMU – Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – 00523 3390.30 99 Material de Consumo – 000524 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2066 CEO – Centro Espec Odontológico – 000532 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2067 Teto Munic Rede Saúde Mental –RSME – 000538 3390.30 99 Material de Consumo – 10 302 0083 2072 Manut das Ativ do Teto Munic da Rede Psicossocial – CAPS AD – 000561 3390.30 99 Material de Consumo – 10 122 0428 2074 Manut das Atividades do Conselho Municipal de Saúde – 000566 3390.30 99 Material de Consumo – 10 301 0428 2081 Manutenção dos Serviços de Atenção Domiciliar – SAD – 000581 3390.30 99 Material de Consumo.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: O pagamento será efetuado de forma parcelada, de acordo com os quantitativos efetivamente fornecidos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias, observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:
O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:
a - Entrega: 10 (dez) dias.
A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:
Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.
Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:
Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:
O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Mamanguape.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Mamanguape - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

_____ _____

.....

PELO CONTRATADO

_____ _____

.....

ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos
REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00032/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE - PB.
PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.
O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexiste até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Mamanguape, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.
O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.
O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.
OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.